

Considerações sobre a profissão de Jornalista. A pluriespecialização, o gatekeeping, o jornalismo de cidadão e colaborativo

Tiago Lima Quintanilha
ISCTE-IUL, OberCom, Lisboa
tiago.lima@obercom.pt

Abstract:

Using data taken from the Barometer Challenges on Journalism (2010 and 2012) published by OberCom (The Observatory for the Media, Lisbon), we try to understand how journalists are dealing with current issues related to the profession, particularly in a context of multi-specialized newsrooms, as well as new challenges emerging from the rise of new players and the consolidation in social networking. The main purpose of this article is to discuss a set of responses from a survey directed toward journalists, and the perceived impact of change on the status of journalism, listing some of the key findings and relating them to different scenarios discussed by multiple authors.

Keywords: gatekeeping, citizen and collaborative journalism, integrated and multi-specialized newsrooms.

Resumo:

A partir de um conjunto de dados extraídos do Barómetro Desafios do Jornalismo (2010 e 2012), publicado pelo OberCom (Observatório da Comunicação), tentamos perceber de que forma o profissional jornalista se relaciona com questões actuais e fundamentais que envolvem a profissão, nomeadamente no contexto em que a mesma se vai desenrolando, num quadro de novos intervenientes, redacções integradas e pluriespecializadas, bem como de novos desafios colocados pelas redes sociais. O objectivo principal deste artigo passa por discutir um conjunto de respostas extraídas de um inquérito dirigido a jornalistas, relativamente à forma como percebem a mudança e os efeitos percebidos no estatuto do jornalismo, relacionando os principais resultados com alguns cenários traçados por diferentes autores.

Palavras-chave: gatekeeping; jornalismo de cidadão e colaborativo; redacções integradas; pluriespecialização

Introdução

O presente texto propõe, a partir de uma pequena reflexão, abordar uma série de

questões que nos podem ajudar a compreender a forma como a profissão de Jornalista se desenrola nos dias que correm. Importa questionar o que se pensa das mudanças e desafios que estão a atingir a actividade do jornalista: como é vista a cada vez maior interacção entre produtores e consumidores de serviços noticiosos e matérias jornalísticas; de que forma é percebido o estatuto do jornalista, face ao passado; que papel lhe é atribuído, ao jornalista, enquanto profissional; como situar as redacções no quadro da hiper/pluriespecialização do profissional jornalista; o que se pensa dessas redacções integradas; como classificar o jornalismo actual, na óptica da relação com o leitor e consumidor de conteúdos; como gerir o acesso instantâneo a enormes quantidades de informação disponíveis e difusas na Internet; que credibilidade atribuir a dados e informações disponíveis online, e de que forma essa informação é, ou não, passível de influenciar o conteúdo final da notícia; de que forma estamos, ou não, a caminhar para o designado jornalismo de freelancer e jornalismo de cidadão, e de que maneira é que essa transição, efectiva ou potencial, poderá estar, também ela, a alterar a visão do jornalista relativamente a questões de propriedade intelectual e monopólio da acção. Estas são questões centrais na abordagem que iremos seguir nas próximas páginas, sustentando a análise com o recurso a um conjunto de dados obtidos a partir da realização de um inquérito dirigido a jornalistas dos principais meios de comunicação social em Portugal. Neste inquérito, realizado em 2012, foram validadas 272 respostas, o que significou a participação de 272 jornalistas com carteira profissional activa. Quando necessário, iremos também reportar-nos aos dados obtidos aquando da realização do primeiro questionário, em 2010, uma vez que, nesta primeira versão do estudo, foram abordados alguns temas (em especial a questão da percepção associada às questões de propriedade intelectual no exercício da profissão) não replicados no estudo de 2012. Importa referir, para situar a aplicabilidade do estudo, que este questionário foi inspirado nas metodologias e análises do *Pew Project for the Excellence in Journalism*, e é o resultado da iniciativa do Observatório da Comunicação, em 2010, e da colaboração que nasceu entre este mesmo instituto e o projecto Jornalismo e Sociedade e o Fórum de Jornalistas, na segunda versão do estudo, em 2012. De referir também que a principal pertinência de um estudo deste tipo passa pela hipótese de podermos conhecer em discurso directo, por assim dizer (a partir do contributo de intervenientes directos no sector, como é o caso dos jornalistas), a forma como evolui o jornalismo, e, particularmente, a forma como os jornalistas assistem e entendem essas mesmas mudanças, bem como todas as condicionantes que estão na base das novas formas de exercer jornalismo, com as novas modalidades de apresentação e difusão de informação jornalística; o acelerar do “processo que vem retirando aos jornalistas o monopólio da difusão de informação no espaço público, permitindo a entrada de novos actores neste cenário, a diferentes níveis” (Fidalgo: 2008); a forma como “novos actores vão fazendo parte desta cadeia de distribuição/consumo de conteúdos informativos (...) obrigando-os a dominar

uma panóplia cada vez mais vasta de instrumentos de pesquisa, tratamento e edição da informação” (Fidalgo: 2008); entre outras questões prementes.

Assim sendo, e em traços gerais, ainda antes de iniciarmos a análise que integra os dados de que dispomos, importa avançar com a ideia de que os principais centros transformadores e facilitadores desta mudança a que temos vindo a assistir no jornalismo, são três: a questão das pressões económicas muito ligadas ao quadro macroeconómico e à sua repercussão no ambiente microeconómico e comportamento individualizado do consumidor, em questões como o consumo de notícias, jornais, et tecera; um segundo centro de mudança muito ligado às novas tecnologias que “estão a transformar radicalmente quase todos os aspectos da maneira como comunicamos” (Pavlik: 1996), e a forma como essas novas paisagens tecnológicas vêm entrar novos intervenientes no processo, como é, ao limite, o papel do consumidor; e um terceiro ponto de mudança que está relacionado com a dita multiespecialização do profissional jornalista, para fazer face às novas exigências de produção em redacções integradas e em ligação permanente na decisão e produção de conteúdos nos domínios do digital e do impresso.

Este texto divide-se em duas partes principais, mais relacionadas com os pontos segundo e terceiro da mudança: uma parte onde iremos abordar questões do foro da profissão e do seu posicionamento, e uma segunda parte onde, então sim, passaremos à análise da percepção dos profissionais inquiridos, relativamente à forma como vêm o jornalismo do presente e a forma como imaginam o jornalismo do futuro. No final, debruçamo-nos também sobre o primeiro centro de mudança, percebendo de que forma todo o ambiente económico gerado influencia, ou não, segundo os profissionais, a cobertura e o tratamento jornalístico de diferentes matérias.

A profissão de jornalista

A profissão de jornalista, ou, se quisermos, a própria definição de jornalismo no sentido lato do termo, caminha muitas vezes de braços dados com a ideia de que estamos perante um dos grandes veículos de construção e conservação das sociedades democráticas, numa espécie de relação simbiótica que se estabelece.

Como refere Bastos (2000): “o jornalista é um trabalhador intelectual ao serviço da democracia e do direito à informação”. Ruellan (1997), por seu turno, sugere que “a missão do jornalista é pensar que há acontecimentos e tentar relatá-los com o máximo rigor, isenção, e utilidade para as pessoas”.

Quantos de nós não terão olhado para os rankings que todos os anos saem sobre o posicionamento dos países na questão liberdade de imprensa, e pensado na relação que existe entre melhores rankings atribuídos a países com democracias mais sólidas. A verdade é que

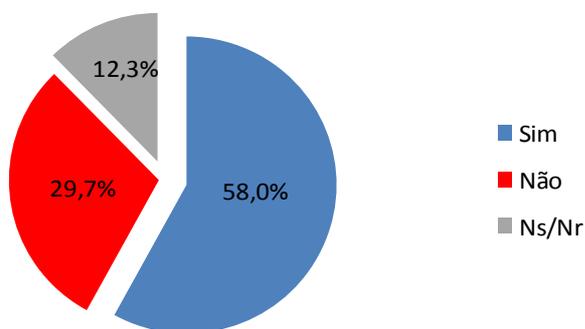
esta é uma realidade quase irrevogável, no sentido em que o próprio “jornalismo nunca foi tão necessário ao funcionamento das nossas vidas, como indivíduos em sociedade, e para o funcionamento saudável das esferas social, económica e política” (Beckett: 2008), sendo que a maior virtude não é propriamente “encontrar a solução para questões que se colocam sobre as alterações climáticas, mas sim tratar essas <e outras> questões de tal forma, que acabam por contribuir para a melhor compreensão dos problemas e para a possibilidade de envolvimento dos cidadãos” (idem). Numa frase, e parafraseando Beckett (2008), “o jornalismo oferece grande esperança”.

Mas até que ponto esta visão quase canónica de um jornalismo feito apenas pelos jornalistas, sem espaço à entrada de outros intervenientes, não poderá ser, num certo sentido, contrária à ideia de que uma sociedade é tão mais democrática, quanto maior for a sua capacidade reflexiva de gerar notícia, informação e debate? É que, convenhamos, quanto maior for a informação válida, e mais atempada, tanto melhor, e é aqui que entram outros actores no processo. Tal como refere Beckett (2010), “a ideia de que apenas os jornalistas que alimentam este processo são considerados especialistas na área, é uma ideia sem sentido (...) os conteúdos que estão fechados e não permitem participação, são conteúdos moribundos”. No fundo, é um pouco como contrariar a ideia inexorável de que “no coração do jornalismo reside a noção do jornalista como gatekeeper” (Singer: 2008).

Ora, é isto que nos propomos analisar, no sentido em que importa perceber de que forma os profissionais jornalistas vêem a passagem da produção e divulgação dos conteúdos para outros intervenientes e participantes externos à lógica do jornalismo tradicional, sendo certo que muitas empresas no sector dos media já integram o sector da Internet na sua estratégia e modelo de negócio, traduzindo-se em serviços permanentes de acompanhamento das audiências e desenvolvimento de cenários de interactividade (Queuniet: 2011). Contudo, interessa primeiramente começar por entender a forma como os profissionais jornalistas olham para o acesso à profissão e quais as prioridades que devem delimitar esse mesmo acesso.

Dos 212 participantes no estudo de 2010, e quando questionados sobre se o acesso à profissão de jornalista deve exigir formação académica superior, 58,0% dos inquiridos respondem afirmativamente à pergunta.

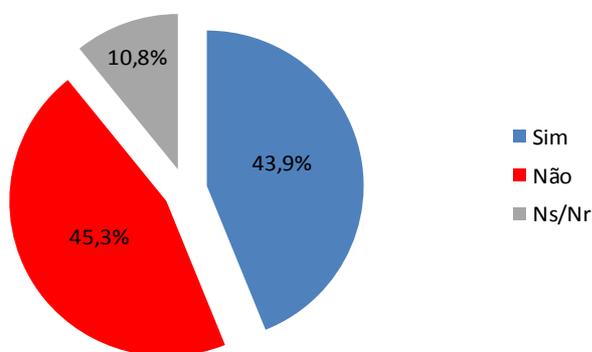
Figura 1: O acesso à profissão deve exigir formação académica superior?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 1ª edição, 2010 (n=212)

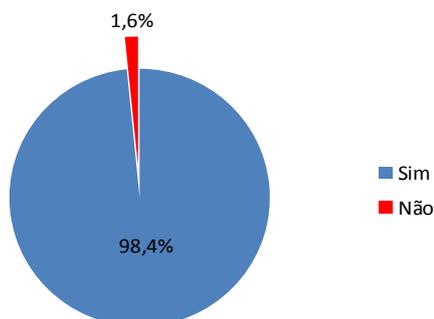
No entanto, e quando perguntados sobre se a formação académica superior deverá impreterivelmente ser feita na área do jornalismo, 45,3% dos inquiridos consideram que não, contra os 43,9% que defendem que sim.

Figura 2: O acesso à profissão deve exigir formação académica específica em jornalismo?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 1ª edição, 2010 (n=212)

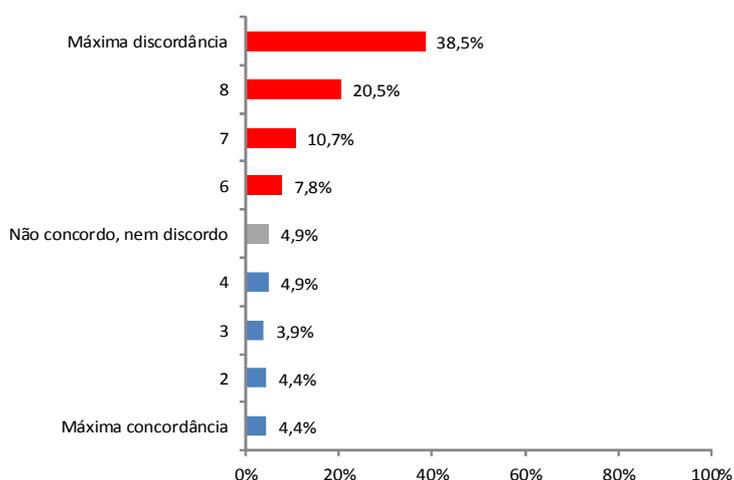
Figura 3: O acesso à profissão deve passar por um estágio profissional?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 1ª edição, 2010 (n=212)

Por outro lado, a quase totalidade dos inquiridos e envolvidos no estudo, tende a considerar que o acesso à profissão deve passar obrigatoriamente por um estágio profissional. Depois, e como podemos ver na figura 4, que já diz respeito a dados obtidos aquando da realização do segundo estudo, em 2012, a grande maioria dos inquiridos discorda da ideia de que “a informação produzida por não jornalistas e que chega aos cidadãos através das redes sociais e dos novos media, não é muito diferente do jornalismo hoje praticado”.

Figura 4: Em que medida concorda/discorda com a ideia de que a informação produzida por não jornalistas e que chega aos cidadãos através das redes sociais e dos novos media não é muito diferente do jornalismo hoje praticado?



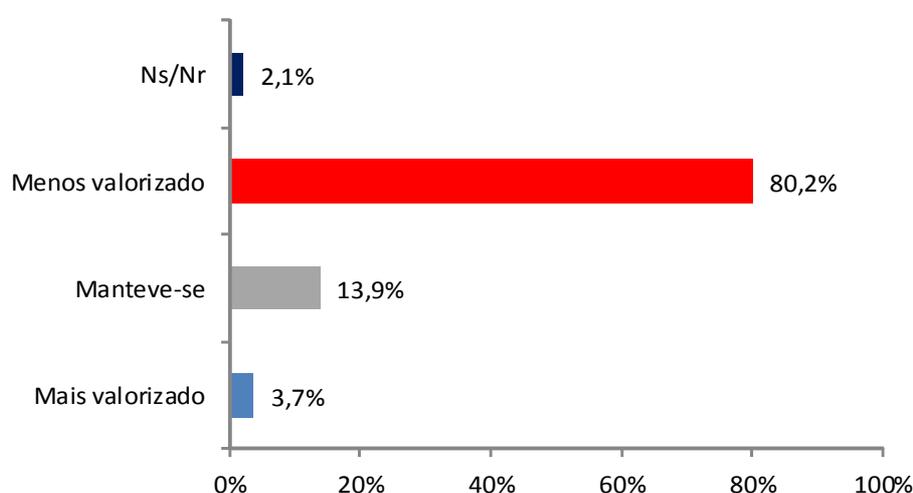
Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Posto isto, e fazendo um breve resumo destas primeiras figuras, importa destacar a tendência clara para um ainda quadro de resistências nítidas no que concerne à discussão sobre o monopólio e propriedade da acção e do conhecimento, na medida em que é grande o

número de inquiridos que consideram que o exercício da profissão, e do jornalismo propriamente dito, deve ser regulado por questões relacionadas com a formação académica e com o estágio, ao mesmo tempo que há a opinião quase unânime de que a informação produzida por não jornalistas de profissão e que chega aos cidadãos através dos novos media, está longe de ser considerada jornalismo na verdadeira acepção do termo.

É curioso também reparar que, apesar dos profissionais jornalistas inquiridos considerarem, na sua maioria, que o jornalismo ao jornalista diz respeito, há a opinião generalizada de que o jornalista é hoje menos valorizado do que no passado.

Figura 5: Como vê o estatuto social do jornalista desde há 5 anos?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

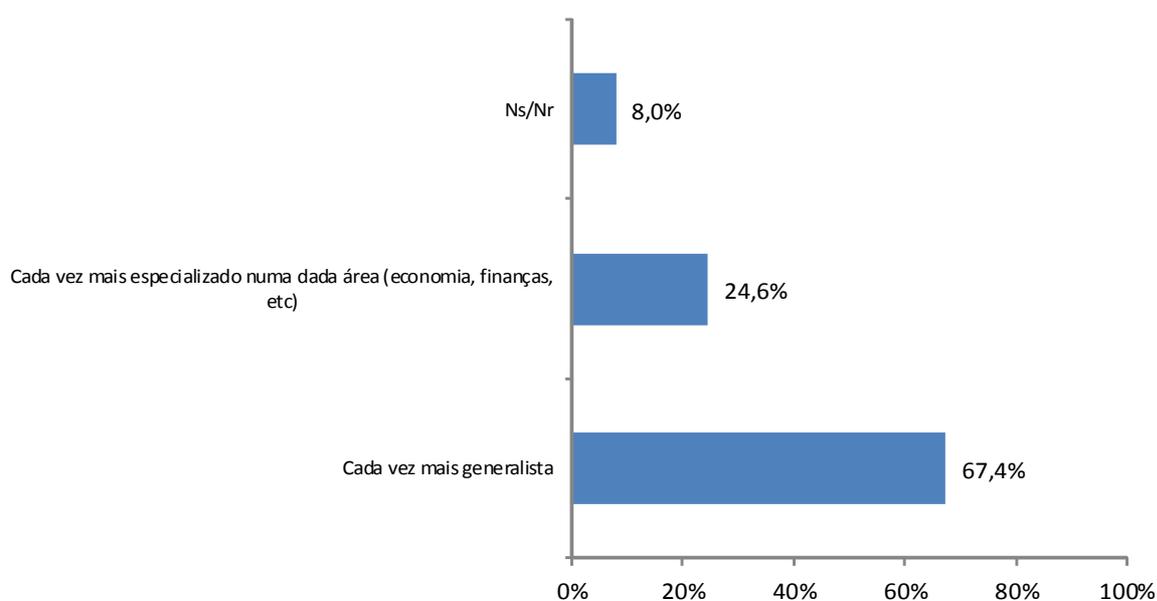
Jornalismo do presente. Jornalismo do futuro

Analisada a questão da percepção e posicionamento do profissional jornalista, pelos inquiridos, importará agora direccionar a análise para questões que têm que ver com o entendimento dos profissionais jornalistas, relativamente às novas introduções e mudanças tecnológicas nas redacções, e o modo como essas mudanças e transições afectam, ou não, a prática profissional e a própria reorganização do trabalho.

Para começar, podemos destacar o aspecto talvez mais óbvio das redacções integradas e das novas lógicas de pluriespecialização e multitasking no dia-a-dia dos jornalistas. Na verdade, devemos considerar esta espécie de tendência para a pluriespecialização e, em especial, a questão das redacções integradas, como um factor também bastante importante na mudança. Hoje, ao contrário de outros tempos em que o jornalista decidia maioritariamente sobre os conteúdos programáticos a incluir nas edições de acesso ao público, em formato tradicional, vemos que o jornalista deve estar apto a trabalhar com formatos vídeo/áudio, e

assim por diante, para que mais facilmente consiga adaptar-se ao ambiente das redacções que imperam nos dias que correm. É certo que nem todas as mudanças na indústria resultam da mudança tecnológica, mas também é consensual que esta transição é crucial na forma como tentamos compreender os moldes em que hoje se faz jornalismo.

Figura 6: Como vê a evolução do papel do jornalista enquanto profissional? Está...



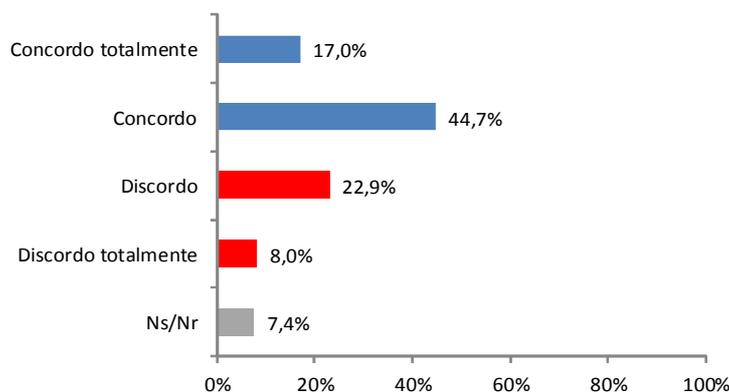
Fonte: OberCom, Desafios do Jornalismo, 2ª edição, 2012 (n=272)

Como podemos observar na figura 6, a percepção dos jornalistas inquiridos vai no sentido de apontar o trabalho do jornalista como cada vez menos focado numa dada área, uma vez que a profissão é vista como algo que passou a exigir um domínio mais abrangente das matérias e, por isso mesmo, menos focado numa única dimensão, como é o caso, por exemplo, da área económica, ou de qualquer outra área.

Com efeito, cerca de 67% dos inquiridos consideraram que o papel do jornalista, enquanto profissional, é hoje cada vez mais generalista.

Por outro lado, como podemos reparar na figura sete, cerca de 78% dos inquiridos concordam com a ideia de que, num futuro próximo, os jornalistas em Portugal terão de saber produzir conteúdos em todas as plataformas (impressão, vídeo, áudio, web, serviços móveis, etc).

Figura 7: Concorda com a ideia de que, daqui a 3 anos, os jornalistas em Portugal terão de saber produzir conteúdos em todas as plataformas (impressão, vídeo, áudio, web, serviços móveis, etc)?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Por consequência, e avançando um pouco na análise, parece igualmente ponto assente que há uma multiplicação e maior diversidade de plataformas de pesquisa e fontes de notícia, do que aquilo que se registava há alguns anos. Isto leva-nos mais além, à ideia de que novas notícias e mais informação estão a ser produzidas a um ritmo maior, mas também nos leva à questão do jornalismo de cidadão e jornalismo participativo, na medida em que novas notícias e mais informação estão a ser produzidas por novos intervenientes. Como sugere Beckett (2010):

“Olhem para o quão fácil e barato é ser jornalista hoje, por comparação com o que acontecia há cinco anos. Com um telemóvel, uma câmara de vídeo, ou um computador portátil ligado à Internet, os jornalistas estão hoje, e de forma exponencial, mais produtivos do que há cinco anos”.

O autor vai mais longe ainda, referindo que “as informações e notícias nunca existiram em tamanha plenitude e o jornalismo nunca foi tão abundante” (Beckett: 2008).

Esta é também a lógica argumentativa de Alan Knight (in Mascarenhas, 2009), quando nos fala de jornalismo básico, sendo que esta variante é possível com recurso a pesquisa original do repórter que está na rua a colher depoimentos e fotografias de um acidente de viação, na medida em que, antes, ninguém se tinha debruçado sobre essa pesquisa em particular. No entanto, o mesmo Alan Knight, segundo Óscar Mascarenhas (2009), considera que “os jornalistas têm responsabilidades profissionais e éticas para verem para além do que lhes é dito”. E é aqui que, segundo os autores, se estabelece a principal diferença entre um jornalismo de reportagem, que será “aquele em que o jornalista retransmite informações e dados que colheu mas que não pode assegurar que sejam indiscutivelmente verdadeiros”

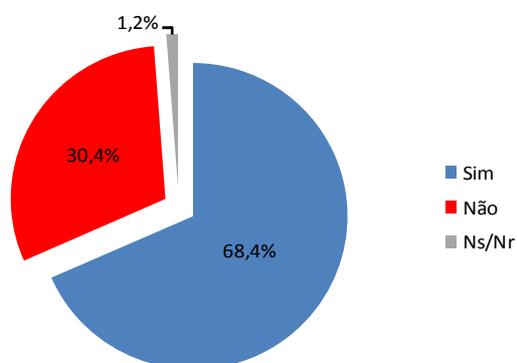
(Mascarenhas, 2009), e o jornalismo de verificação ou certificação, onde “os jornalistas, perante os dados recolhidos, são assaltados pela insatisfação ou pela dúvida sobre a veracidade do testemunho – e partem para a averiguação, procurando comparações do que foi obtido, através das fontes.” (idem). Para Óscar Mascarenhas (2009), “enquanto o jornalismo de reportagem se preocupa com a veracidade e fidedignidade do testemunho, o jornalismo de investigação vai mais além, envolve o jornalista numa observação mais directa ou próxima, para garantir a verdade dos factos”. Se, à partida, e pegando na designação dos conceitos, me parece que reportar a notícia remete para o relato do acontecimento e que é a dimensão veracidade a transitar para a esfera do jornalismo de verificação, o que me parece válido é considerar que poderá ser redutor avaliar esta questão dos diferentes jornalisimos e separá-los pela questão da veracidade comprovada/validação dos acontecimentos, como se esta última condição fosse independente de quem a pratica. Não será, por isso, esta dimensão da verdade e da fidedignidade, mais uma atitude ética da pessoa que reporta o acontecimento? Porque, convenhamos, eu posso não estar munido de uma carteira de jornalista e, na minha prática diária de procurar por matéria relevante, deparar-me com um acontecimento e, ciente das lógicas de deontologia e prática jornalísticas, avaliar sobre a ocorrência desse mesmo acontecimento e discorrer sobre a sua veracidade. E o mesmo e o seu contrário, relativamente à validação ou não de um acontecimento, são da mesma forma possíveis se eu for um jornalista de redacção, com as consequências que daí possam advir. Ora, isto remete-nos para questões de propriedade do conhecimento e monopólio da acção (duas esferas permanentemente em jogo nesta discussão do ónus da prática e da entrada de novos intervenientes no processo de produção e divulgação da notícia), bem como para a ideia de que poderá ser válido considerar que “o jornalismo não contém nenhum saber específico, próprio e único do jornalismo” (Mascarenhas, 2009), e que são a pessoa e o saber que contém em si, os verdadeiros definidores do processo. De acordo com Mascarenhas (2009), poderá dar-se o caso de que “o jornalismo não pode ser visto como uma ciência: produz saber, recolhe saber, difunde saber, mas faz tudo isso porque se socorreu dos saberes de todas as ciências ao seu alcance para emitir a mensagem”. Em todo o caso, importará reconhecer que o cerne da questão será sempre a forma como “o jornalista age no respeito de um tácito contrato de lealdade que estabelece com três entidades: o público, as fontes e os visados pelas notícias”. Ou seja, como já vimos antes, relativamente à distinção entre jornalista de reportagem e jornalista de verificação, esta discussão não se esgota propriamente na pertença à categoria profissional em causa, como se de um aspecto estanque se tratasse, mas mais na prática e no desempenho que dela resultam, sendo que esse desempenho está, em primeiro lugar, dependente da acção do primeiro interveniente, o mesmo que recebe um discurso de um político e dele se prepara para publicar um resumo, procedendo a alguns passos de investigação, o primeiro dos quais, quase automático, que passa por certificar-se de que o

discurso foi verdadeiramente proferido por esse mesmo político (Mascarenhas, 2009).

Posto isto, importa perguntar como vêm os profissionais jornalistas a entrada dos designados novos intervenientes no processo, pessoas que gravam e divulgam acontecimentos com um telemóvel, um computador, um tablet, um ipod com acesso à Internet, entre outros aparelhos.

Interessa por isso começar por referir que os próprios jornalistas estarão conscientes destas potencialidades promovidas pela introdução de mais participantes no processo, recorrendo por isso a outras formas de recolha de informação, como é o caso dos blogs ou das redes sociais, até porque, como nos lembra Hermida (2010), “muitos assuntos noticiosos circulam primeiro nos media sociais do que nos media tradicionais”. Como nos lembra Beckett (2008), “os blogs permitem a qualquer pessoa publicar e contribuir. Os aparelhos móveis permitem, a quem testemunha um episódio, a partilha daquilo que vêem nas formas de texto, fotos, som e vídeo”. Por outras palavras, e recorrendo a mais dados do inquérito realizado, podemos constatar, como ponto de partida, que a grande maioria dos inquiridos (68,4%) costuma utilizar informação disponibilizada, por exemplo, em redes sociais (figura 8).

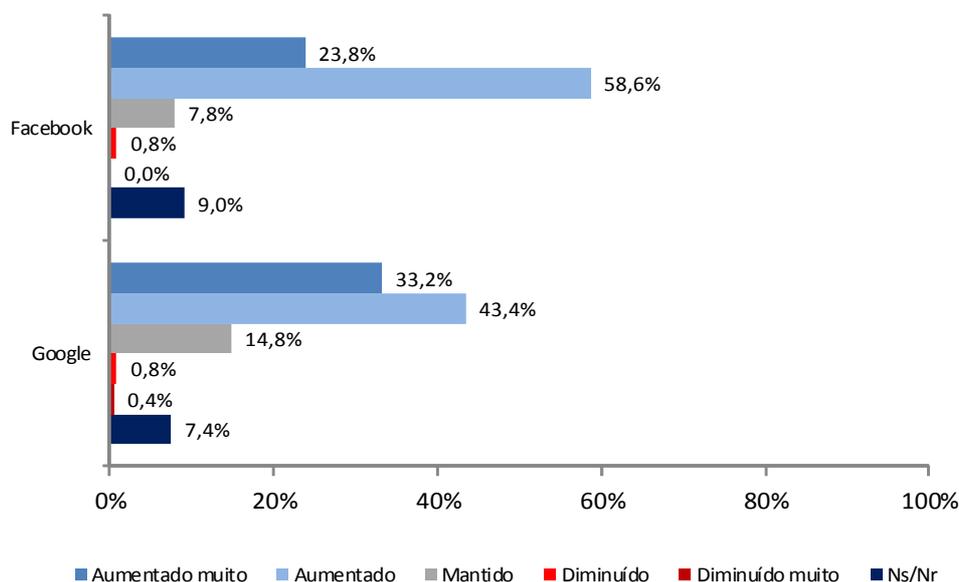
Figura 8: No seu trabalho jornalístico, costuma utilizar informação disponibilizada em redes sociais (Facebook, Google+, etc)?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

No mesmo sentido, para a grande maioria dos inquiridos, o número de notícias com origem em pesquisas no Google, realizadas por jornalistas, tem aumentado, assim como também tem aumentado o número de notícias com fonte no facebook (76,6% e 82,4%, respectivamente).

Figura 9: Na sua opinião, o número de notícias com origem em pesquisas no _____, realizadas por jornalistas, tem:



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

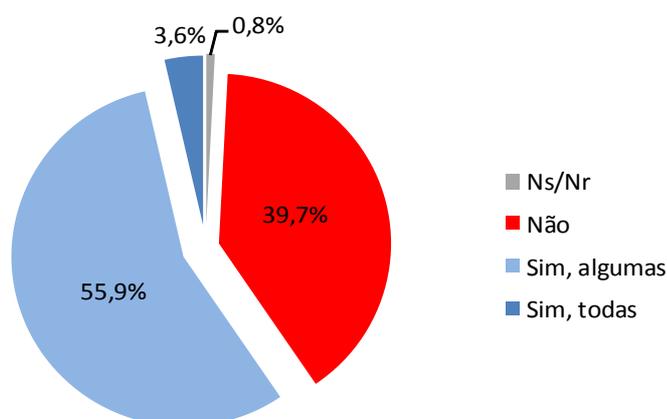
Ora, estes são dados muito concretos que apontam para o peso que os novos media têm neste quadro de produção de conteúdos informativos. É certo que, como já vimos, a grande maioria dos inquiridos assume uma postura muito rígida relativamente à ideia de que o jornalismo de cidadão poderá eventualmente ser integrado e considerado numa perspectiva mais abrangente de jornalismo (como aliás ficou evidenciado atrás, aquando da análise sobre o monopólio da acção e propriedade intelectual), mas, ainda assim, também passa a opinião de que estes jornalistas já interiorizaram a ideia de que é possível fazer mais com o recurso a novas fontes e a novas plataformas.

Como refere Beckett (2008):

“o *networked journalism* foi criado numa lógica simples de auto-interesse e auto-evidente: nós conseguimos fazer mais juntos, do que separadamente (...) o *networked journalism* propõe-se tirar vantagem de novas oportunidades de colaboração possibilitadas pela própria ecologia de rede da Internet (...) isto, acredito eu, é o estado mais óbvio para os media: bidireccional e colaborativo. A natureza de sentido único dos media noticiosos, até agora, foi unicamente o resultado de limitações na produção e distribuição. O jornalismo deve ser definido pelo acto, e é um acto que toda a gente poderá praticar”.

E, para além disto, o próprio facebook, ou quaisquer outras redes sociais, ainda têm a característica de alimentar com uma força estrondosa o alcance e dispersão de uma notícia que pode chegar a qualquer parte do mundo, numa espécie de interacção entre o local que vira global. É também nesta lógica que cerca de 60% dos inquiridos costumam publicitar nas redes sociais as notícias da sua autoria ou do órgão de comunicação social ao qual estão associados.

Figura 10: Costuma publicitar em redes sociais (facebook, etc), as notícias por si feitas ou do seu órgão de comunicação social?

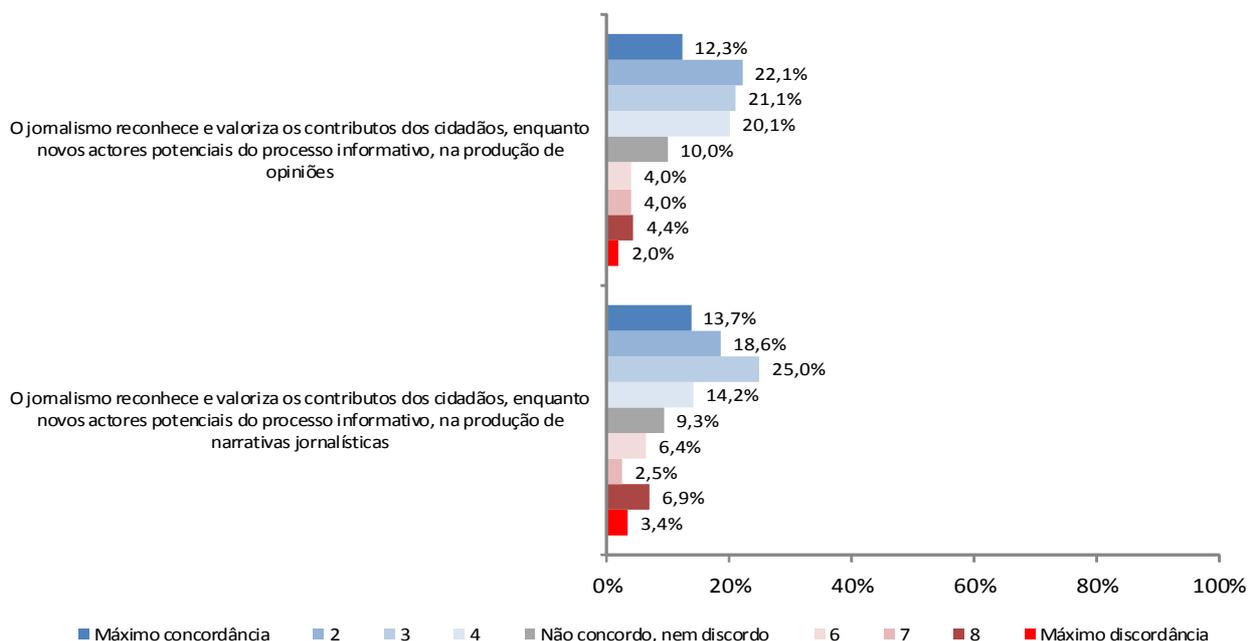


Fonte: OberCom, Desafios do Jornalismo, 2ª edição, 2012 (n=272)

Por outro lado, e reforçando ainda mais este cenário de posições antagónicas (onde ora se considera o jornalismo uma área que deve ser defendida da entrada de outros intervenientes, sem formação, ora se considera positiva e enriquecedora a entrada de mais partes no processo), uma considerável maioria dos inquiridos tende a concordar com a ideia de que 1) o jornalismo reconhece e valoriza os contributos dos cidadãos enquanto novos actores potenciais do processo informativo, na produção de opiniões, e 2) o jornalismo reconhece e valoriza os contributos dos cidadãos enquanto novos actores potenciais do processo informativo, na produção de narrativas jornalísticas.

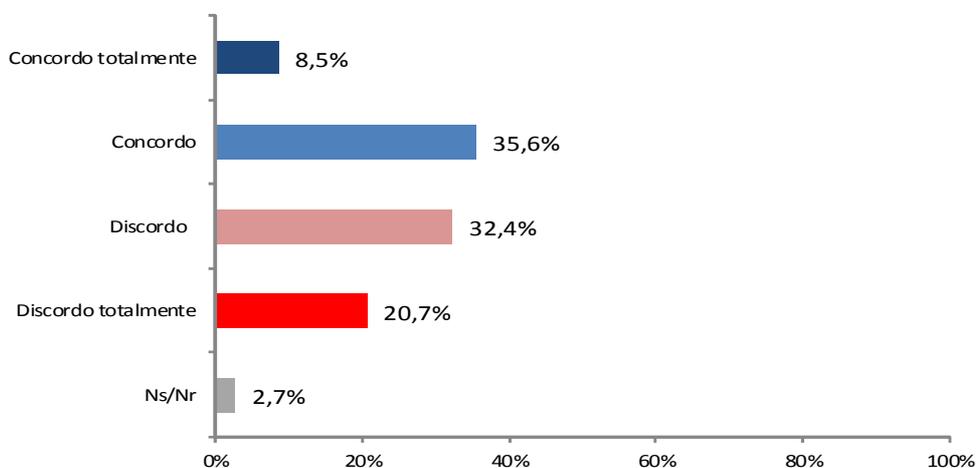
Figura 11: Em que medida concorda/discorda das seguintes afirmações?

Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)



Seja como for, a tendência para desconsiderar estas novas plataformas no processo e abordagem às formas de produzir jornalismo, é ainda significativa. Na verdade, e quando interrogados sobre a noção de que é preciso recorrer-se, cada vez mais, a outras fontes que não os media tradicionais, para se saber o que se passa, 53,1% dos inquiridos optaram por contestar essa possibilidade, contra os 44% de inquiridos que consideram verdadeira tal proposição.

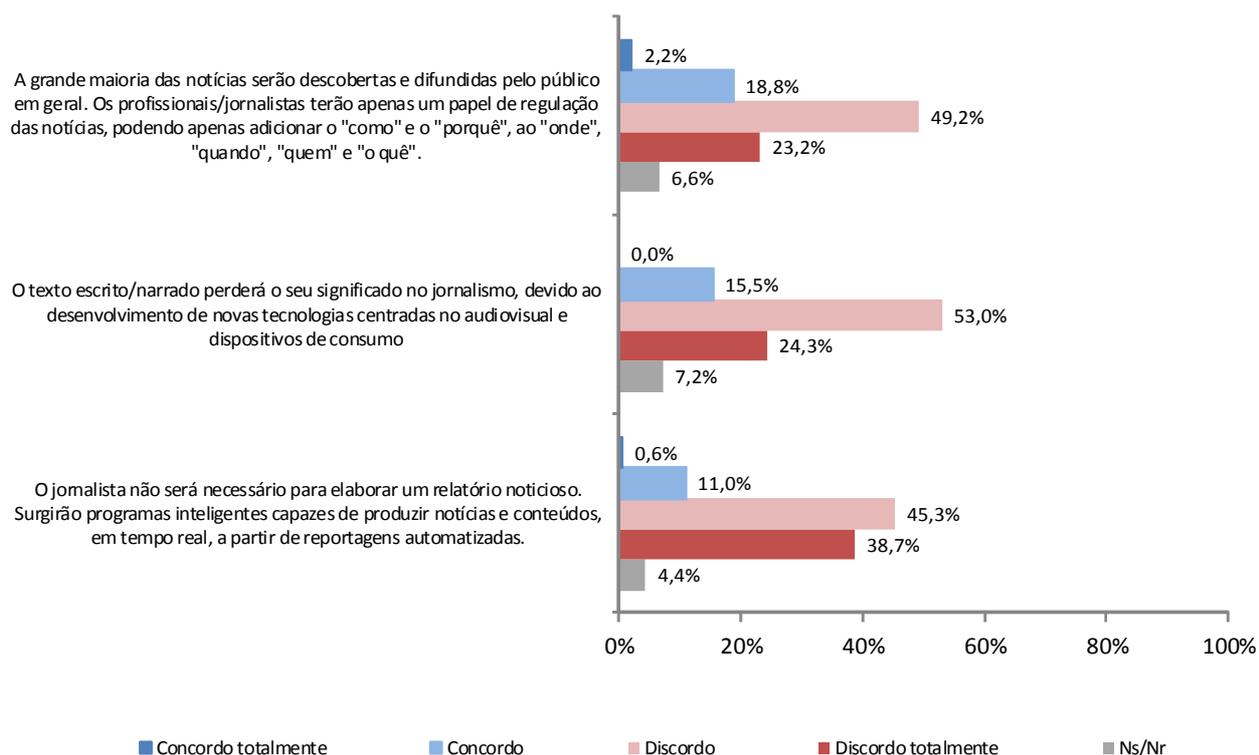
Figura 12: Para saber o que se passa, preciso cada vez mais de recorrer a outras fontes que não os media tradicionais?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Por acréscimo, é também grande a percentagem de inquiridos que, a longo prazo, vêem como pouco provável a passagem de um quadro de importância atribuída ao jornalista e ao texto escrito, para um período onde serão mais valorizados outros aspectos, como a relevância do público em geral na elaboração e divulgação de notícias, ou a entrada de novas tecnologias inteligentes capazes de substituir os tradicionais relatórios noticiosos, criando conteúdos em tempo real e a partir de reportagens automáticas.

Figura 13: Para saber o que se passa, preciso cada vez mais de recorrer a outras fontes que não os media tradicionais?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Em todo o caso, nem tudo se resume à discussão linear que aponta para duas considerações antagónicas bem expressas nos dados já discutidos: a ideia do jornalismo para os jornalistas, numa visão mais monolítica e formatada do sistema, versus a ideia do reconhecimento das competências trazidas por terceiros intervenientes no processo. Na verdade, haverá sempre dois aspectos a ter em conta e que acrescem à análise das transformações que decorrem no sector dos media e do jornalismo em particular.

O primeiro aspecto tem que ver com a questão das literacias tecnológicas e literacias para os media. Com efeito, não podemos olhar para a questão do jornalismo de cidadão e para a maior interacção entre produtores e consumidores de notícias, se não tivermos em linha de conta a capacidade que as partes têm de lidar com os processos facilitadores e catalisadores

da mudança (tecnologias, novas plataformas, etc), na medida em que nem todos usamos e nem todos sabemos fazer ou consultar.

Como refere Beckett (2008):

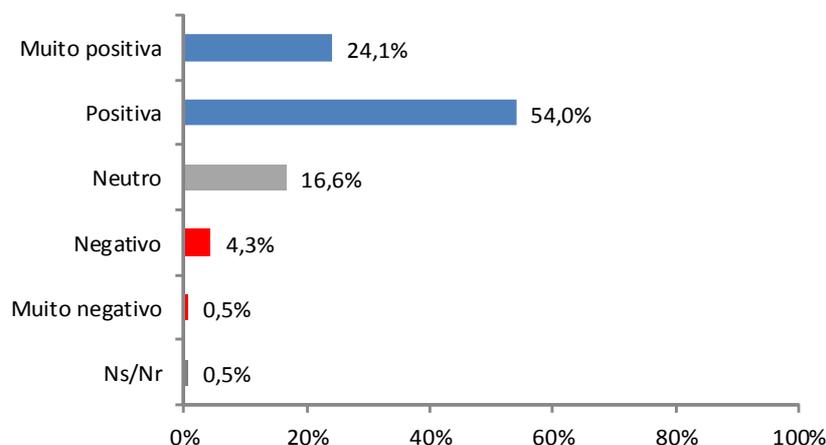
“não há qualquer esperança para o *networked journalism*, se os seus actores e o público em geral não estiverem equipados para a tarefa (...) tudo se resume a garantir às pessoas – anteriormente conhecidas como audiência – as capacidades e os recursos que lhes permitam participar no processo”. Posto de outra forma: “qualquer pessoa interessada em obter o melhor material e a obtê-lo mais rapidamente, terá de saber usar os media sociais” (Beckett: 2010).

O segundo aspecto prende-se com questões ligadas à própria essência e percurso histórico do jornalismo. A necessidade de sabermos se “o mundo do ciber-jornalismo se vai resumir ao jornalismo de cidadão ou a pornografia amadora” (Beckett: 2008). A capacidade de criarmos e promovermos um jornalismo verdadeiro, que se mantenha leal aos cidadãos e ao interesse público, que preserve a sua independência em relação a pressões e a acontecimentos relatados, que assente numa disciplina de validação da informação e suas fontes, que se abra ao debate público, etc.

Por outras palavras, trata-se de “garantir às pessoas os recursos que lhes permitam adoptar um envolvimento crítico com o jornalismo. E é uma educação política, também. Os jornalistas e o público precisam de assumir o sentido de responsabilidade, assim como dos seus direitos (...) a noção do que é objectivo e verdadeiro” (Beckett: 2008).

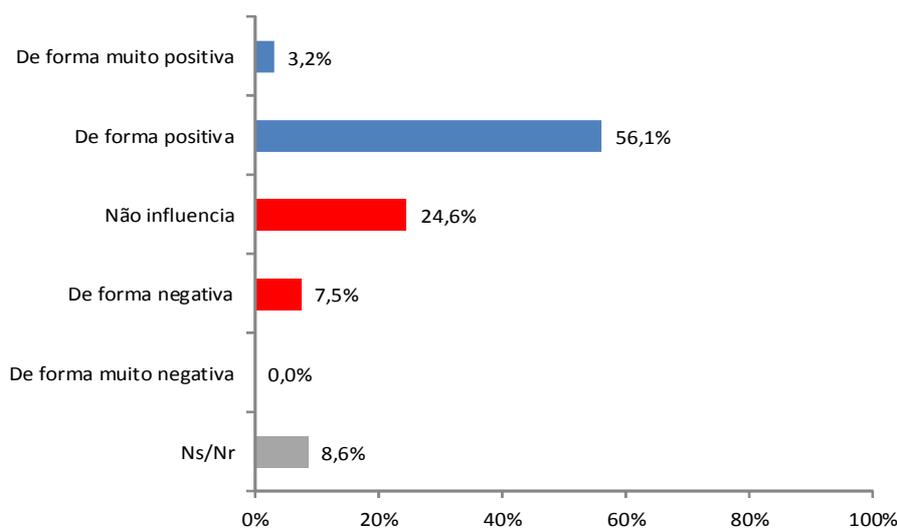
Entretanto, a ideia de que os utilizadores de notícias fazem cada vez mais parte do processo criativo e de construção das notícias, vai ganhando expressão e vai sendo assimilada pelos próprios profissionais, sendo que essa interacção é entendida como sendo positiva. Como podemos constatar nas figuras 14 e 15, a grande maioria dos inquiridos envolvidos no estudo considera como positiva ou muito positiva a possibilidade de ocorrer algum tipo de interacção entre utilizadores e consumidores de matérias jornalísticas, sendo que, para uma mesma maioria, esta interacção com os públicos poderá influenciar de forma positiva a qualidade do jornalismo.

Figura 14: O que pensa da possibilidade de interagir com os utilizadores/consumidores de matérias jornalísticas?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Figura 15: Acha que a interacção com os públicos influencia a qualidade do jornalismo...?



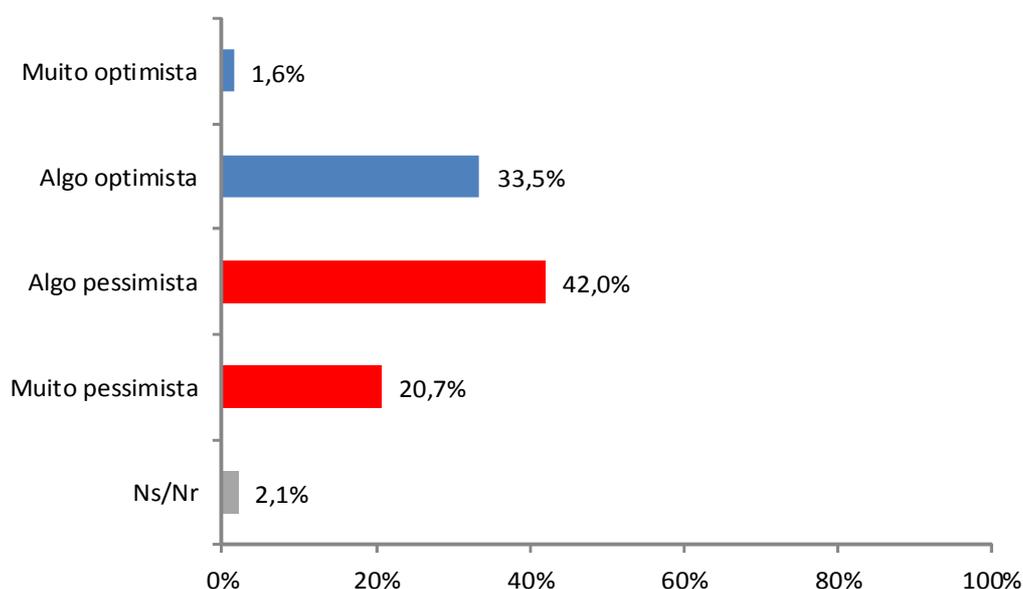
Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Prática jornalística e seus condicionalismos

Um factor também importante quando pensamos nas mudanças que ocorrem no sector, prende-se com o actual contexto económico global. Num panorama onde são óbvios os condicionalismos que resultam de ambientes menos favoráveis, também os grupos de media tendem a sentir os efeitos de uma crise generalizada. Esses efeitos, que se fazem sentir na menor venda de jornais, no menor volume de receitas, entre outros cenários, acabam por,

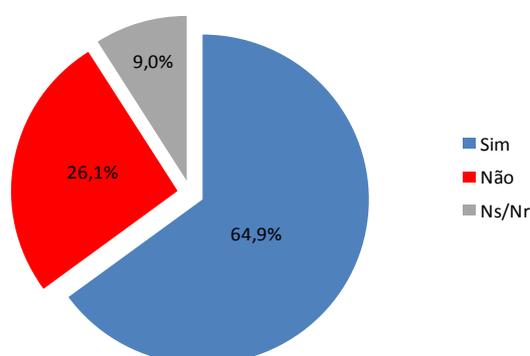
também eles, desempenhar um importante papel nesta tendência de mudança, no sentido em que, por si só, acabam por limitar o próprio acesso e continuidade na profissão, ou até asfixiar as condições propícias para um desempenhar adequado das práticas profissionais. Neste sentido, e à data da realização do inquérito, em 2012, cerca de 83% dos inquiridos viam com pessimismo o futuro dos diferentes órgãos de comunicação social, sendo que, para cerca de 65% dos inquiridos, existiam, de alguma forma, ameaças de médio prazo à própria continuidade do órgão de comunicação social para o qual trabalham.

Figura 16: No geral, quão otimista está em relação ao futuro do seu órgão de comunicação?



Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Figura 17: Existem, na sua opinião, ameaças de médio prazo à continuidade do órgão de comunicação onde trabalha?

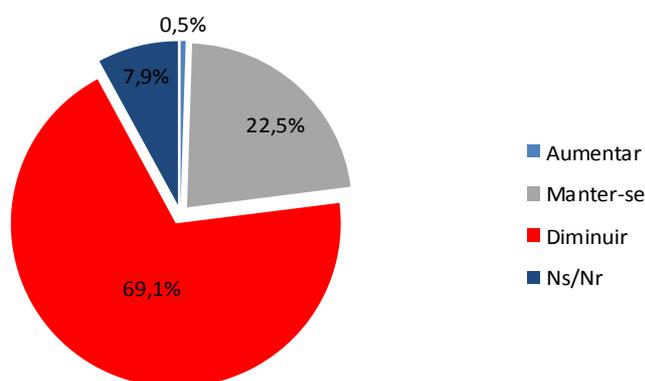


Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Para além de tudo isto, 69,1% dos inquiridos envolvidos no estudo, acreditam num

eventual cenário de despedimentos e redução dos quadros afectos aos órgãos de comunicação aos quais estão associados, agudizando a noção de crise associada ao sector.

Figura 18: Prevê que, no próximo ano, o número de jornalistas afectos ao seu órgão de comunicação social, venha a _____

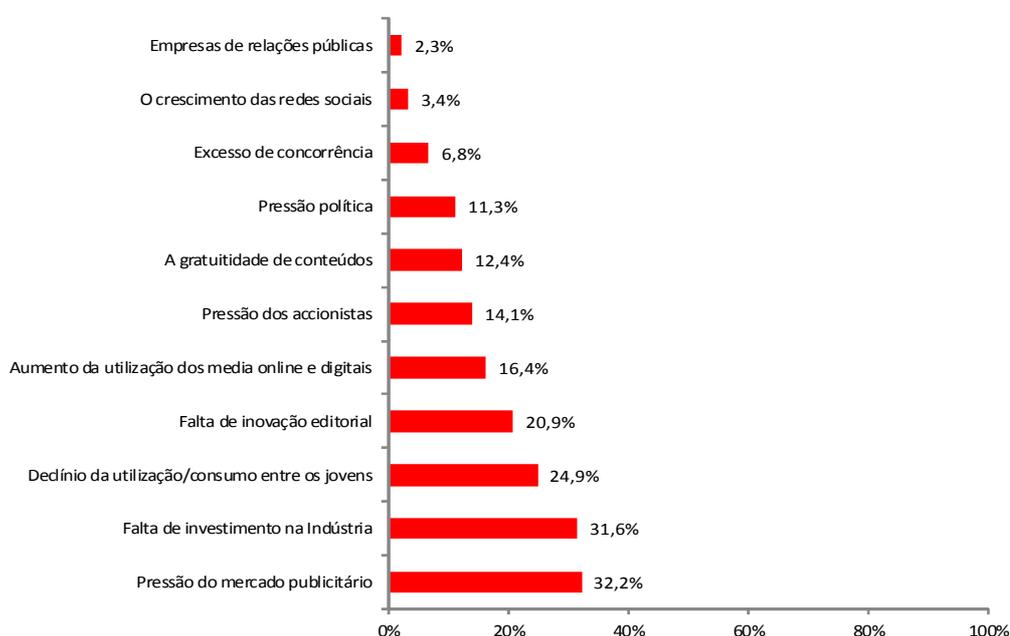


Fonte: OberCom, *Desafios do Jornalismo*, 2ª edição, 2012 (n=272)

Depois, quando questionados sobre as principais ameaças ao sector, os inquiridos tendem a atribuir maior relevância a aspectos como a pressão do mercado publicitário, a falta de investimento na indústria, o declínio da utilização/consumo entre os jovens, e a falta de inovação editorial.

É curioso reparar também que o crescimento das redes sociais é entendido como um factor de risco para apenas 3,4% dos inquiridos, tendo em conta que anteriormente foi abordada a questão do avanço das redes sociais no peso de divulgação de notícias.

Figura 19: Quais as principais ameaças ao sector? (resposta múltipla)



Conclusão

Este capítulo surge como uma nota reflexiva daquilo que podem ser descritas como as principais considerações dos profissionais jornalistas, sobre um conjunto de questões fulcrais que têm que ver com as transições e alterações nos formatos chave de produção do jornalismo. Por princípio, e até por uma questão de alcance do estudo, toda e quaisquer considerações feitas a propósito dos dados recolhidos, devem ser posicionadas numa lógica de tendências indicativas da visão dos inquiridos. Como tal, a leitura dos dados e figuras disponibilizados, deverão ser enquadrados nessa perspectiva.

A análise, que seguiu uma observação de dados registados em 2012, sendo alguns dados de 2010 também recordados para efeito de estudo, acaba por confluir em três pontos-chave de argumentação, numa espécie de meio caminho entre a reprodução inflexível da auto-definição do conceito de profissão, pelos próprios profissionais, que desemboca sempre no poder da propriedade e do monopólio da acção, e as circunstâncias e consequências trazidas pelas alterações ao modo de trabalhar do jornalista, com a característica principal de ser, cada vez mais, um jornalista pluriespecializado. Com efeito, não é excessivo recordar que, se por um lado, existe ainda a confirmação de uma visão associada a um jornalismo para os jornalistas, numa lógica de gatekeeping, da propriedade do conhecimento e do monopólio da acção, por outro lado já existe a tendência para se considerarem relevantes as potencialidades trazidas por outros intervenientes no processo de produção, numa também vertente entendida como positiva e resultante da maior interacção entre jornalistas e consumidores de notícias, mas sempre sem comprometer o papel central e estatuto último do jornalista, mesmo que, muitas vezes, este seja entendido pelo próprio como um estatuto menos valorizado face ao passado.

Dito de outra forma, este estudo revelou a presença de “uma comunidade profissional com uma forte identidade” (Traquina: 2004). Na verdade, e tendo por base a própria ideia funcionalista de que o ideal-tipo das profissões se produz num quadro de

“especialização de serviços que permitem satisfazer uma clientela, a criação de associações profissionais que protejam este grupo da invasão de pessoas não qualificadas e que fixem códigos de ética para os qualificados, e o estabelecimento de uma formação específica, baseada num corpo teórico e num conjunto de técnicas, permitindo a aquisição e o desenvolvimento de uma cultura profissional própria” (Fidalgo: 2008),

reparamos que todas estas premissas continuam a ser valorizadas pelo profissional jornalista, na medida em que guarda para si o ónus e a responsabilidade última da acção, assumindo que o desempenho da profissão deve, desde logo, estar condicionado por formação e estágio na área, e que a função do profissional jornalista não poderá nunca ser substituída, em todas as fases do processo, por outros intervenientes capazes de desempenhar a tarefa. A somar a tudo isto, e um pouco na óptica da construção identitária, podemos reportar-nos ao actual contexto, para referir que existem mesmo instituições próprias muito próximas, que são, elas próprias, reguladoras da própria actividade. No fundo, e se considerarmos o peso destas instituições, como são os casos do Sindicato de Jornalistas ou a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, acabamos por recordar as questões de legitimidade da lógica funcionalista e as questões de relação, negociação e conflito, associadas às ocupações, e que são o ponto central na abordagem interaccionista das profissões. Tudo está presente, portanto, como estão presentes as Ordens para certos grupos profissionais, por exemplo.

Aqui, a derradeira discussão continuará a ser feita à luz da evolução do papel que se queira atribuir, por exemplo, ao interveniente consumidor de notícias, o mesmo que, para a maioria dos inquiridos no estudo, tem um papel cada vez mais presente no processo. Como nos lembra Helberger (2010):

“a discussão entre os diferentes participantes, dos jornalistas individuais às empresas de media, legisladores e produtores amadores, deverá ocorrer no sentido de determinar de que modo o encontro entre media mainstream e media amador e independente deverá acontecer, por forma a beneficiar ambas as partes da discussão”.

Mas esta é também uma discussão que se centra na forma como continuará, ou não, a ser feita “a distinção entre os verdadeiros profissionais e os leigos” (Rodrigues: 2002), e de que forma essa distinção acabará por ser diluída, ou, pelo contrário, mais premente ainda. Também por isto, estudos semelhantes que continuem a focar a relação do jornalista com o que, noutros tempos, seria considerado apenas e só como corpo externo, revestem-se de particular importância, até para podermos conhecer a evolução das considerações deixadas pelos profissionais, comparando essas considerações com estudos anteriores, mas apontando sempre na direcção de uma discussão que é do presente, mas que continuará nos próximos tempos a ser uma discussão para o futuro do jornalista e do jornalismo.

Bibliografia

Bastos, Hélder (2000), *Jornalismo Electrónico – Internet e Reconfiguração de Práticas nas*

Redacções. Coimbra: Minerva.

Beckett, Charlie (2008), *Super Media – Saving Journalism so it can save the world*. Blackwell Publishing: USA.

Beckett, Charlie (2010), *The Value of Networked Journalism*. Polis Journalism and Society: London School of Economics and Political Science.

Fidalgo, Joaquim (2008), *O Jornalista em construção*. Porto: Porto Editora.

Helberger, Natali et al (2010). User generated diversity. Some reflections on how to improve the quality of amateur productions. *Communications and Strategies* 77, 1st Q 2010, 55.

Hermida, Alfred (2010). Twittering the news. The emergence of ambient journalism. *Journalism practise* 4(3), 297-308.

Mascarenhas, Óscar (2009). *O detective historiador: tese de mestrado*.

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1894>

Pavlik, John V. (1997). *The Future of Online Journalism: A Guide to Who's Doing What*. Columbia Journalism Review, Julho/Agosto.

Queuniet, Violette et al (2011). *Les entreprises de presse face aux évolutions numériques*. Délégation Générale à L'emploi et à la formation professionnelle.

Rodrigues, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*. Lisboa: Celta Editora.

Ruellan, Denis (1997), *Les "pro" du journalism – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Singer, Jane (2008). The journalist in the Network. A Shifting Rationale for the Gatekeeping Role and the Objectivity Norm. *Tripodos* 23, 61-76.

Traquina, Nélon (2004). *A tribo jornalística – Uma Comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.

Barómetro Desafios do Jornalismo. 1ª Edição. OberCom. Disponível em: http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo.pdf

Barómetro Desafios do Jornalismo. 2ª Edição. OberCom. Disponível em: http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=desafios_do_jornalismo2.pdf